

XVIII Encontro Nacional de Economia Política
Belo Horizonte, 28 a 31 de maio de 2013.

**Perspectivas de desenvolvimento na América Latina: um olhar a partir da
primeira década do século XXI.**

Magaiver Lima Santos Fontes Correia¹

Coautor: Thiago Souza Oliveira²

Área 2. História Econômica e Economia Brasileira
Subárea: 2.3. Economia Brasileira Contemporânea
Submetido para apresentação em Seção Ordinária

¹ Pós-graduando do Mestrado de Desenvolvimento Regional e Empreendimentos Locais, Universidade Federal de Sergipe (UFS). Email: mcgyvercorreia@gmail.com

² Pós-graduando do Mestrado de Desenvolvimento Regional e Empreendimentos Locais, Universidade Federal de Sergipe (UFS). Email: thiagoufs@hotmail.com

Perspectivas de desenvolvimento na América Latina: um olhar a partir da primeira década do século XXI.

Magaiver Lima Santos Fontes Correia

Coautor: Thiago Souza Oliveira

RESUMO:

Este artigo procura discutir as perspectivas de desenvolvimento na América Latina a partir da herança legada pelas reformas neoliberais ocorridas na década de 1990 e do desempenho da região ao longo da primeira década do século XXI. Neste sentido, faz-se primeiramente uma contextualização, indicando as principais transformações desde os anos 2000. Segundo, discute-se o desempenho econômico latino-americano e suas causas durante o período indicado. E terceiro, trata-se das discussões a respeito do modelo de desenvolvimento seguido no continente e suas possibilidades futuras.

PALAVRAS-CHAVE:

América Latina, globalização, neoliberalismo e desenvolvimento.

ABSTRACT:

This paper discusses the prospects for development in Latin America from the legacy bequeathed by neoliberal reforms occurred in the 1990s and the region's performance over the first decade of this century. In this sense, first it makes the contextualization, indicating the most changes since the 2000s. Second, we discuss the Latin American economic performance and its causes during the period indicated. And third, we discuss about the development model followed in the continent and its future possibilities.

KEY WORDS:

Latin America, globalization, neoliberalism and development.

1. Introdução

Este artigo pretende reavaliar as perspectivas de desenvolvimento para a América Latina a partir da discussão feita por Baumann (2006), discutindo a sua tese de que o continente, desde a década de 1990, tem experimentado um paradoxo: de um lado, a economia interna refletindo o descontentamento com os resultados das reformas implementadas nos anos 1990 sob a regência do Consenso de Washington, tem procurado recuperar uma agenda de desenvolvimento de médio e longo prazo. Por outro lado, o instrumental teórico no qual os gestores lançam mão não é totalmente compatível com as preocupações com o desenvolvimento (BAUMANN, 2006).

Para tanto, este trabalho atualiza o debate cerca da conjuntura econômica latino-americana e discute quais as atuais perspectivas de desenvolvimento para o continente. O texto está dividido em cinco seções a contar desta introdução. A segunda parte tratará de contextualizar o debate a partir das transformações ocorridas no cenário mundial que tiveram grande impacto sobre os países da América Latina, como retomada da hegemonia estadunidense, a ascensão chinesa e de outros emergentes, incluindo o Brasil, e a atual crise financeira. Na terceira seção, discute-se como se desempenhou a economia latino-americana ao longo da década de 2000, comparando com os números do período anterior e mostrando as sensíveis mudanças ocorridas na configuração do desenvolvimento socioeconômico da região deste então.

A quarta etapa trata das discussões sobre que tipo de desenvolvimento se tem realizado no continente e qual a atual importância do instrumental neoliberal na condução da política econômica e quais as possíveis perspectivas de desenvolvimento de médio e longo prazo para os países do continente, frente os desafios propostos tanto pelo contexto e histórico da região, como pela crise financeira. Por último, são feitas algumas considerações a respeito do que foi discutido indicando uma possível chave de leitura do atual contexto latino-americano e o tipo de inserção no cenário internacional que os países do continente tem realizado.

2. O cenário político e econômico do início do século XXI.

Após três décadas do processo de globalização/mundialização e sua 'face' mais afamada, a *financeirização*, as críticas parecem mais aderentes à realidade do atual sistema econômico chegando a antigos defensores da ortodoxia econômica, tal qual Stiglitz (2004), fazerem uma revisão dos resultados efetivos que o processo

globalizatório tem legado ao mundo ante as promessas de espraiamento do progresso. Os supostos benefícios vindos da maior interação dos mercados, aumento substantivo do comércio, livre mobilidade de capitais e mão-de-obra, aumento da velocidade da tecnologia e da informação, não tiveram o efeito planejado de aumento da geração de riqueza e equidade na maioria dos países. Antes, reforçaram¹ a supremacia econômica das principais potências e enfraqueceram ainda mais as economias de periferia num mundo de frouxa mobilidade de capital (e, por conseguinte, investimento) e franca competição comercial, desprovidas do protagonismo estatal que caracterizou o século XX.

Outrossim, as reformas neoliberais sob o Consenso de Washington implementadas nos países latino-americanos geraram um conjunto de resultados que provocou importantes impactos negativos que reforçaram o coro descontente na região e prepararam-na para uma guinada ao desenvolvimentismo no decorrer da primeira década de 2000. Bernal-Meza (2001) aponta os mais importantes impactos decorrentes das reformas: o aumento do desemprego, a fragmentação social; o aprofundamento das assimetrias entre capital e trabalho; a integração, ou, às vezes, desintegração social em nível nacional e internacional; o aprofundamento da lacuna entre grupos sociais, bem como a desigualdade na distribuição dos custos e benefícios entre países desenvolvidos e a países em desenvolvimento, como a América Latina, consequência do processo de liberalização comercial.

A estes elementos podem ser juntados outros fatores que compõe o atual quadro internacional no qual o continente latino-americano está inserido. São estes: o intento estadunidense (em termos, frustrada) de impor ao orbe uma ordem unipolar centrada em seu poderio econômico-militar-tecnológico; a ascensão da China como locomotiva do capitalismo mundial ao lado dos EUA; o novo multipolarismo com destaque para lideranças emergentes; as mudanças políticas ocorridas nos países latino-americanos ao longo da última década; e a crise de 2008 que pôs em xeque os postulados neoliberais e sacramentou as críticas direcionadas à globalização/mundialização.

O início do século XXI, pode-se dizer, foi marcado por duas tensões no campo da geopolítica global. De um lado, o crescente multilateralismo iniciado na década anterior, em que Europa e Japão intensificaram seus papéis no cenário internacional, acrescentando, ainda, a eminência da China como potência econômica global, capaz de rivalizar com os Estados Unidos (EUA). Sem falar, noutros atores de menor

envergadura que despontam como possíveis lideranças regionais num mundo multilateral. Por outro lado, a partir de 11 de setembro de 2001, a ascensão dos neoconservadores nos EUA forçaram uma mudança da política externa visando o reforço da liderança estadunidense, trocando o “multilateralismo frouxo” que marcou o governo de Nixon a Clinton por um unilateralismo de tipo *take-it-or-leave-it* (WALLERSTEIN, 2009).

Seguindo ainda a mesma linha de raciocínio, Caputo L. (2009) afirma que a reestruturação da economia estadunidense, bem como a retomada de sua hegemonia econômica constituem um dos fundamentos da estratégia de segurança nacional (parte do programa neoconservador). Neste sentido como confirmado por Baumann (2006), desde a década de 1980, com mais intensidade a partir da década de 1990 – sobretudo nos anos Clinton – a principal economia mundial tem se beneficiado dos aumentos expressivos de produtividade a partir da “revolução” das tecnologias da informação e comunicação, sobretudo os setores de equipamentos de alta tecnologia e softwares, proporcionaram aumento significativo das taxas de investimento, bem como, diminuição dos preços e aumento da produtividade (CAPUTO L., 2009). Ainda assim, não fora o bastante para a retomada incontestada da hegemonia estadunidense.

Segundo Caputo L. (2009) o capitalismo depende mais da China do que a China depende do capitalismo e isso tende a se intensificar futuramente. O fato é que a China, hoje, ao lado dos EUA, é a grande locomotiva do capitalismo mundial, não somente por sua magnitude em termos de produção industrial voltada para a exportação, como também devido o potencial de sua demanda interna e o aumento sucessivo do volume de investimento chinês nos demais países. Seu papel foi reforçado com a crise de 2008 e desde então, tem sido o lastro em que o vacilante crescimento da economia mundial tem se sustentado, ao lado de outros emergentes. Particularmente, para a América Latina, a China se tornou o segundo maior parceiro econômico em termo de Comércio Exterior e de Investimento Externo Direto (IED).

Como mencionado, novos outros atores despontaram no cenário internacional, ainda que a liderança político-econômica destes seja regional, nos últimos dez anos, a exemplo dos demais BRICS, reforçando a tendência multipolar que deverá caracterizar o presente século. Um marco nesta direção talvez tenha sido a criação do G-20. Neste grupo, particularmente o Brasil, emergiu como liderança sul-americana, e por extensão, latino-americana, a partir do vácuo deixado pelos Estados Unidos desde 2001 (WALLERSTEIN, 2009). Como resultado desta multipolaridade, intensificou-se o

regionalismo na América Latina, a partir de uma perspectiva de integração Sul-Sul que se apresente como alternativa à Associação de Livre Comércio das Américas (ALCA), proposta pelos Estados Unidos. Deste esforço resultou-se o ingresso da Venezuela no MERCOSUL e a criação da UNASUL – União dos Países Sul-americanos, além de maior volume de comércio intrarregional.

Por último, a crise financeira de 2008 desencadeou um crônico processo de depressão nos países desenvolvidos, especialmente na Europa. Além de ter posto em xeque os pressupostos da ortodoxia neoliberal de forte influência monetarista, uma vez que seu cerne foi identificado na elevada financeirização desregulada que tem caracterizado o sistema econômico desde o fim de Bretton-Woods. O alcance das consequências da crise do *subprime*, como também é conhecida, ainda é incerto, embora o aumento do nível de desemprego nas áreas mais afetadas (países europeus) e a diminuição da renda dos mais pobres, devido à manutenção do nível de preços dos alimentos em patamar elevado, sejam elementos palpáveis e atribuídos à crise citada.

O que temos de certo e consensual entre os economistas é que esta é a mais grave das crises cíclicas do capitalismo desde o pós-guerra e que provavelmente ela provocará mudanças significativas no sistema econômico global. Nesta direção, Bresser-Pereira (2010) sugere que emergirá dos escombros de 2008 um capitalismo *desfinanceirizado*, com maior regulação dos mercados, sem haver diminuição dos fluxos comerciais ampliados desde o início do processo de globalização produtiva. Porém, as medidas de austeridade impostas pela Alemanha na Europa, onde se encontra o conjunto de países mais fragilizados, autorreforçam a recessão e indica que o curso da história pode tomar outra direção.

A crise, de fato, em grande parte dos países, fez ressuscitar as contribuições de Keynes para a recuperação do sistema, bem como, deu novo vigor ao desenvolvimentismo outrora preterido e dado como desaparecido (BAUMANN, 2006). Juntando ao cenário de recessão os demais fatores elencados anteriormente (o problema da hegemonia estadunidense, a ascensão chinesa, o novo mundo multipolar), é possível fazer um contraponto ao paradoxo sugerido por Baumann (2006) no qual os países latino-americanos têm vivido desde o final da década de 1990, no que diz respeito ao desenvolvimento e o uso de instrumentais ortodoxos voltados quase que exclusivamente para a estabilidade macroeconômica.

2. Desempenho econômico da América Latina nos anos 2000.

De 2003 até o estouro da crise em 2008 o mundo experimentou um período de crescimento sustentado e elevado, que por sua vez, teve impacto importante sobre a América Latina que se beneficiou dos tempos de bonança tanto em termos comerciais como financeiros (de captação de investimento), após duas décadas de crescimento medíocre e sucessivas crises macroeconômicas. Em termos comerciais destaca-se o papel da China e sua crescente demanda por bens básicos como hidrocarbonetos, minérios e alimentos produzidos pelos países latino-americanos que se refletiu na melhora dos termos de troca para o continente (CACCIAMALI, BRAGA E CELLI JUNIOR, 2012; WELLER, 2012).

Tabela 01

América Latina: crescimento médio do PIB e da produtividade média por habitante (%), 06 maiores economias, 1990-2009.

Países	1990-1999		2000-2009	
	PIB	Prod. Média	PIB	Prod. Média
Argentina	4,12	2,79	3,58	3,15
Brasil	1,70	0,10	3,33	2,15
Chile	6,37	4,66	3,75	2,42
Colômbia	2,90	1,01	3,98	2,38
México	3,39	1,52	1,99	0,82
Venezuela	2,48	0,24	3,98	2,00
América Latina e Caribe	2,74	1,02	3,10	1,88

Fonte: CEPAL, 2011.

No que concerne aos benefícios financeiros, a grande liquidez que havia caracterizado o mercado financeiro em meados da década de 2000 proporcionou acesso facilitado a recursos em moeda estrangeira para governos e empresas da região em condições mais vantajosas, o que por sua vez contribuiu para diminuição da classificação de risco dos países latino-americanos, bem como a reestruturação da dívida externa sob melhores termos de prazo e juros (WELLER, 2012). Ainda de acordo com Weller (2012), sobre a dívida externa, a combinação de crescimento e equilíbrio na balança de pagamentos diminuiu significativamente a necessidade de financiamento externo e, por sua vez, diminuindo o peso do débito em moeda estrangeira. O resultado foi uma significativa diminuição da relação dívida/PIB no continente, passando dos

36,2% em 2001 para 20,2% em 2009. Esta mesma relação em viés de baixa foi notada nas 06 maiores economias da região, com destaque para o Brasil cuja relação dívida externa/produto caiu 25,7% entre 2001 e 2009.

Tabela 02

América Latina: relação dívida externa/PIB (%), segundo as 06 maiores economias², por ano escolhido.

Países	1990	1995	2001	2009
Argentina	47,9	39,3	61,8	37,7
Brasil	28,9	20,7	37,9	12,2
Chile	52,5	33,7	53,2	42,9
Colômbia	31,5	23,9	39,9	23,1
México	...	52,8	21,2	18,8
Venezuela	75,5	50,1	28,8	21,1
América Latina e Caribe	41,0³	34.4⁴	36.2	20.2⁵

Fonte: CEPAL, vários anos.

A formação bruta de capital fixo (FBCF) no continente apresentou também significativo crescimento com referência aos anos 1990. Dentre as seis maiores economias do continente, apenas Chile e México apresentaram taxa de variação média da FBCF dos anos 2000 inferior aos anos 1990. Em termos de participação no PIB, a partir da ótica de despesa, a FBCF representava 17,2% do PIB da região passando para 21,9% em 2010.

Tabela 03

América Latina: taxa de variação média anual da formação bruta de capital fixo (%), a preços constantes de 2005, segundo as 06 maiores economias, por período.

Países	1990-2000	2000-2010
Argentina	7,69	6,89
Brasil	2,09	5,13
Chile	7,65	7,55
Colômbia	-0,36	10,55
México	5,57	2,42
Venezuela	3,76	5,65
América Latina e Caribe	3,99	4,68

Fonte: CEPAL, 2011.

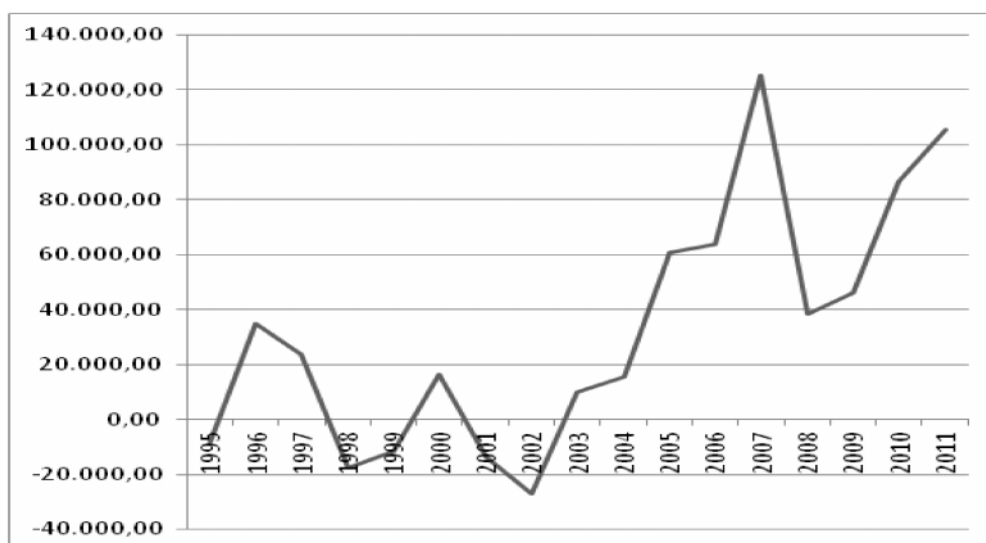
No que diz respeito à balança de pagamentos, observa-se (Gráfico 01) que houve substantiva melhora a partir de 2003, o que reforça a tese de que o crescimento econômico baseado nas exportações e o acesso aos recursos financeiros devido à alta liquidez tiveram um forte papel na melhoria da saúde fiscal da região. Os resultados a partir de 2008 demonstram que o impacto desta crise sobre as contas dos países latino-americanos foi bem menor que em outras crises ocorridas ao longo da década de 1990, como os desequilíbrios fiscais ocorridos durante as crises russa e asiática.

Além disso, conforme Weller (2012), os governos latino-americanos contiveram gastos para estímulo da atividade econômica e introduziram fundos soberanos para o acúmulo das entradas de recursos externos decorrentes do comércio exterior superavitário. Além da reserva de moeda estrangeira, os fundos tiveram um papel importante também na contenção de pressões cambiais. Outra medida instaurada foi as leis com a finalidade de impor limites aos gastos públicos, a exemplo da Lei de Responsabilidade Fiscal em vigência no Brasil, desde o início dos anos 2000.

Todavia, as limitações legais impostas pelos governos a si mesmos, sob a orientação do Fundo Monetário Internacional – FMI, cercearam o estado no que diz respeito à sua capacidade enquanto indutor do investimento. Em resumo, seguindo Carneiro (2006) estas medidas tinham em vista a estabilidade monetária e o equilíbrio fiscal para promover um ambiente propício às ações do mercado nos países periféricos⁶.

Gráfico 01

**América Latina: evolução do saldo da balança de
pagamentos (US\$ milhões), 1995-2011.**

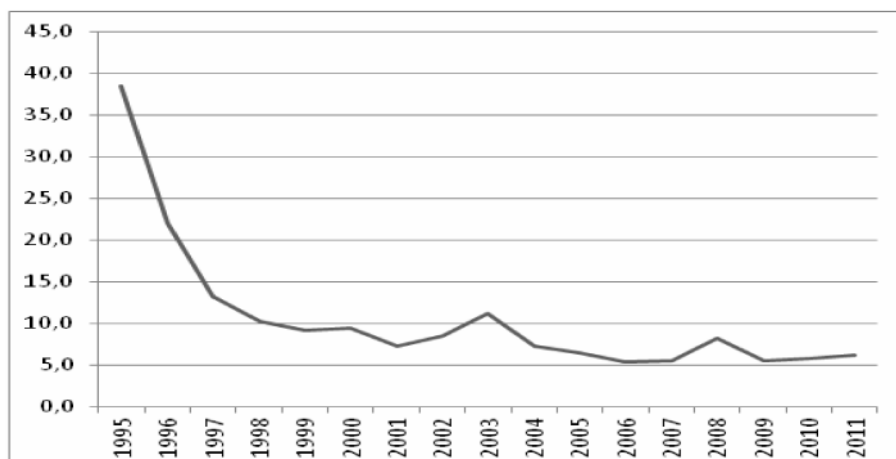


Fonte: CEPAL, vários anos.

Em termos de estabilidade de preços, a taxa de inflação da região, que chegou a pico de 1.684% em 1990, saiu dos 38,5% de 1995 para 6,2% em 2009 (Gráfico 02). Em resumo, a partir de 2004 o índice geral de preços ao consumidor se estabilizou em níveis abaixo de dois dígitos, chegando a 5,5% em 2009, a menor taxa desde as reformas dos anos 1990. A estabilidade dos preços dentro da fronteira latino-americana auferida desde 2004 deve-se não apenas à política monetária restritiva implementada pela maioria dos governos do continente na década de 1990 e mantida pelos seus sucedâneos, mas também à estabilização “em baixo patamar” do nível de preços internacionais, principalmente de produtos manufaturados, diminuindo a pressão sobre os preços domésticos. Novamente faz-se necessário lembrar-se do custo social da estabilização requerido pela população do continente, bem como da consequente imobilização da política fiscal, com vistas a não provocar pressões inflacionárias.

Gráfico 02

**América Latina: taxa de inflação (%), nível geral de preços
ao consumidor, 1995-2011.**



Fonte: CEPAL, vários anos.

O comércio de bens (e serviços) foi caracterizado pela *re-especialização* do perfil exportador de *commodities* dos países latino-americanos, principalmente de minerais, como petróleo, gás, cobre e ferro (CARNEIRO, 2006; WELLER, 2012; CACCIAMALI, BRAGA E CELLI JUNIOR, 2012; CEPAL, 2012). O aumento das exportações do continente, como resultado da demanda mundial por produtos básicos, teve efeito positivo principalmente para os países sul-americanos e o México, em detrimento do Caribe e da América Central, exportadores de produtos primários (CEPAL, 2012).

A China teve um importante papel no crescimento da demanda mundial por *commodities*, e conseqüentemente grande peso na balança comercial dos países latino-americanos. A corrente de comércio China-América Latina somava algo em torno de US\$ 8 bilhões, em 1999, e saltou para pouco mais de US\$ 127 bilhões, em 2009, significando um crescimento de 1.493% de fluxo de comércio (CEPAL, vários anos). Em termos de saldo, porém, a relação comercial com a China tem sido deficitária para o continente, tendo as importações superado as exportações em 76,7% (CEPAL, 2009).

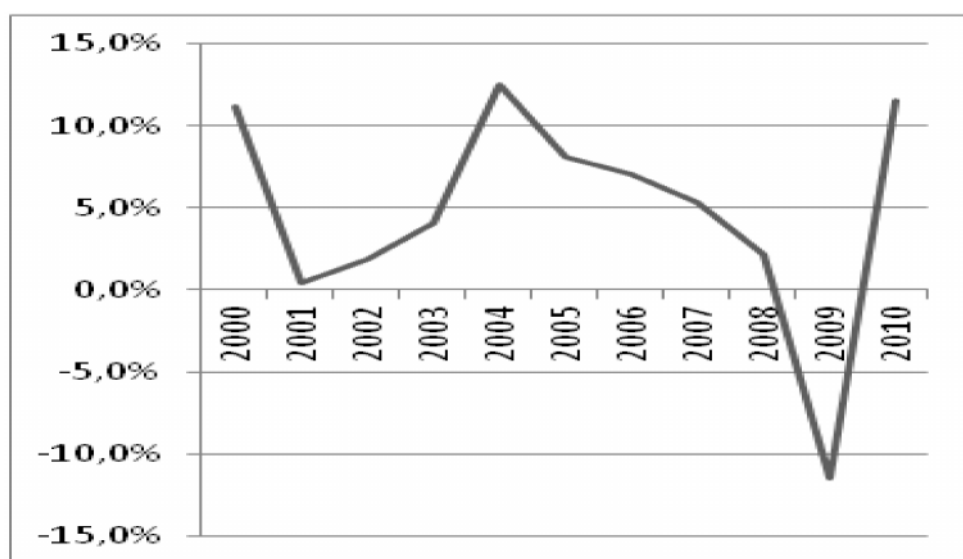
Cacciamali, Braga e Celli Junior (2012) destacam o papel da China para além das transações comerciais. A presença chinesa no continente, sobretudo na América do Sul, se faz sentir também no volume de investimentos diretos que saltaram dos US\$ 15,86 bilhões em 2003 para US\$ 344,09 bilhões em 2010, sendo que a maior parte deste volume foi aplicada em atividades de matérias-primas, setor energético e de transportes.

Entretanto, este forte crescimento da relação China-América Latina, pode significar aumento da dependência dos países do continente em relação à China, que ficam suscetíveis a qualquer movimento de retração do crescimento chinês.

Por último, em termos de comércio exterior, cabe destacar o aumento crescente da integração Sul-Sul. O comércio entre países emergentes que representava apenas 6% do comércio mundial em 2006 chegou a representar 24% em 2010. O comércio intrarregional na América Latina também apresentou crescimento, porém, mais modesto. Enquanto as exportações saltaram de 14,7% em 2003 para 19,2% em 2010, as importações pouco modificaram, ficando em torno de 17% (CEPAL, 2011).

Gráfico 03

América Latina: crescimento médio do comércio de mercadorias (bens) (%), 2000-2010.



Fonte: CEPAL, 2011.

Talvez a principal mudança ocorrida no continente nos anos 2000 tenha ocorrido nos indicadores sociais e laborais. O período de crescimento entre 2003 e 2008 proporcionou uma queda significativa do desemprego na região. Segundo Weller (2012) por trás da expansão do mercado de trabalho está a relação entre crescimento e demanda por mão-de-obra, fazendo crescer o emprego assalariado. Do lado da oferta de mão-de-obra, destacou-se a inserção da força laboral feminina, reflexo de mudanças culturais e do aumento da escolaridade entre as mulheres.

Tabela 04

Taxa anual de desemprego (%), para as 06 maiores economias, 1991-2012.

Países	1991	1995	2000	2005	2009	2010	2011	2012
Argentina	6,5	17,5	15,1	11,6	8,7	7,7	7,2	7,3
Brasil	4,8	4,6	7,1	9,8	8,1	6,7	6,0	5,5
Chile	8,2	7,4	9,7	9,2	9,7	8,2	7,1	6,4
Colômbia	10,2	8,8	17,3	14,3	13,0	12,4	11,5	11,3
México	2,7	6,2	3,4	4,7	6,7	6,4	6,0	5,8
Venezuela	9,5	10,3	13,9	12,4	7,9	8,7	8,3	8,0
América Latina e Caribe	7,5	9,4	10,4	9,0	8,1	7,3	6,7	6,4

Fonte: CEPAL, vários anos.

O aumento do emprego formal na região e as políticas sociais implementadas pelos governos nacionais durante a década de 2000 proporcionaram forte queda dos níveis de pobreza e extrema pobreza. Embora as taxas ainda estejam aquém do desejado, segundo o Panorama Social da América Latina (2012), elaborado pela CEPAL, a pobreza caiu 14% entre 1999 e 2011. Argentina, Uruguai, Chile, Peru e Venezuela foram os países onde a pobreza mais recuou, enquanto que México, Costa Rica e Guatemala foram os países que apresentaram menor mobilidade social.

Tabela 05

América Latina: nível de pobreza e extrema pobreza (indigência) (%), segundo os países com dados disponíveis, por período.

Países	Ao redor de 2002			Ao redor de 2010		
	Ano	Pobreza	Indigência	Ano	Pobreza	Indigência
Argentina	2004	34,9	14,9	2010	8,6	2,8
Bolívia	2002	62,4	37,1	2009	42,4	22,4
Brasil	2001	37,5	13,2	2009	24,9	7,0
Chile	2000	20,2	5,6	2009	11,5	3,6
Colômbia	2002	49,7	17,8	2010	37,3	12,3
Costa Rica	2002	20,3	8,2	2010	18,5	6,8
Equador	2002	49,0	19,4	2010	37,1	14,2
El Salvador	2001	48,9	22,1	2010	46,6	16,7
Guatemala	2002	60,2	30,9	2006	54,8	29,1
Honduras	2002	77,3	54,4	2010	67,4	42,8
México	2002	39,4	12,6	2010	36,3	13,3
Nicarágua	2001	69,4	42,5	2009	58,3	29,5
Panamá	2002	36,9	18,6	2010	25,8	12,6
Paraguai	2001	61,0	33,2	2010	54,8	30,7
Peru	2001	54,7	24,4	2010	31,3	9,8
República	2002	47,1	20,7	2010	41,4	20,9

Dominicana						
Uruguai	2002	15,4	2,5	2010	8,6	1,4
Venezuela	2002	48,6	22,2	2010	27,8	10,7

Fonte: CEPAL/Panorama Social de América Latina, 2012.

3. Retorno do desenvolvimentismo ou status quo?

Para discutir o caminho seguido pelos países do continente latino-americano é necessário fazer pelo menos três considerações. Primeiramente a incapacidade dos governos de centro-esquerda de realizarem mudanças mais radicais na condução econômica, como foi o caso de grande parte da América Latina ao longo dos anos 2000. Aliás, destaca-se a parte, que a vitória dos grupos mais progressistas se deu exatamente pelo descontentamento das populações com o resultado das reformas ocorridas durante a década de 1990, tais quais: o aumento da pobreza e da desigualdade, forte desemprego, vulnerabilidade externa, desequilíbrios fiscais, e a possibilidade aberta da reversão destas consequências e a instauração de uma nova alternativa de desenvolvimento. Entretanto, estes partidos não modificaram as premissas básicas na condução das economias nacionais que vigiam desde a abertura econômica.

Talvez, neste sentido, o melhor exemplo do paradoxo do desenvolvimento latino-americano seja mesmo o Brasil a partir de 2003, com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva. O Partido dos Trabalhadores que havia sido o grande opositor às reformas neoliberais implementadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso, no poder, assumiu a continuidade da agenda macroeconômica de FHC: metas de inflação, superávit primário, câmbio flutuante, políticas monetária e fiscal contracionista, tendo em vista a estabilidade e o equilíbrio fiscal (CARNEIRO, 2006).

Além da manutenção das principais medidas ortodoxas no campo macroeconômico, o governo Lula intensificou as reformas liberais implementando a reforma da previdência do funcionalismo público, a abertura ao capital estrangeiro e em condições de igualdade com o nacional, a instituição de Parcerias Público-Privadas (PPPs), a independência do Banco Central e a instituição de uma política de privatização/concessão de infraestrutura, tendo em vista suprir a ‘descapacidade’ estatal de investir (FILGUEIRAS E DRUCK, 2007).

Mesmo os gastos sociais, explica Filgueiras e Druck (2007), que caracterizaram e foram uma das principais bandeiras do governo Lula, possuem inspiração liberal, uma vez que servem de compensação das perdas ocorridas pela instauração do modelo liberal periférico nos países latino-americanos, bem como para a criação de um mercado consumidor tutelado. É importante frisar o modelo adotado pelo Brasil, uma vez que este tem servido como modelo a ser seguido pelos demais países da região (CACCIAMALI, BRAGA E CELLI JUNIOR, 2012).

O segundo ponto que está a ser considerado é colocado por Bresser-Pereira (2006) e se refere a um provável novo-desenvolvimentismo em curso no continente latino-americano desde a metade da década de 2000 e que tomou maior força a partir da crise financeira de 2008. O novo desenvolvimentismo se diferiria tanto da alternativa neoliberal quanto do velho nacional-desenvolvimentismo que vigeu no continente entre as décadas de 1930 e 1970. Se de um lado, diverge do receituário ortodoxo baseando a ação do Estado em apenas prover o mercado de um cenário favorável para sua livre ação autorregulada (estável e equilibrado), sem a dimensão de indutor da atividade econômica, de outro, também se diferencia do nacional-desenvolvimentismo tradicional.

Segundo Bresser-Pereira (2006), não há uma teoria econômica desenvolvimentista, mas sim uma aplicação da teoria keynesiana na prática. Este novo estado do desenvolvimento seria definido pela função estatal estratégica no processo de desenvolvimento nacionalista econômico, sem desconsiderar a globalização e a cooperação internacional, e com forte componente social. Em termos de arranjo político o novo-desenvolvimentismo seria marcado pelo pacto nacional envolvendo governo, capitalistas e trabalhadores, em detrimento do interesse estrangeiro, dos capitalistas rentistas e da classe média tradicional (BRESSER-PEREIRA E THEUER, 2012).

Em certa medida, os governos de centro-esquerda ou nacionalistas na América Latina procuraram implementar alguns *razgos* de uma agenda desenvolvimentista seja voltada para a promoção do bem-estar da população em seus países ou a promoção do crescimento econômico. Destacam-se neste sentido as ações do governo argentino pós-crise da moratória de recuperação do dinamismo econômico nacional refletido nas taxas de crescimento do PIB ao longo dos anos 2000 (ver tabela 01); as medidas de nacionalização dos recursos naturais ocorridas em Equador e Bolívia; o socialismo do século XXI ou o bolivarianismo em curso na Venezuela; a política de transferência de renda direta no Peru e no Brasil; e o aumento dos gastos federais, sobretudo a partir do

segundo governo Lula, ocorridos também no Brasil com vistas à melhoria da infraestrutura do país.

Por terceira consideração, cabe discutir a atual e futura inserção da América Latina no cenário internacional. Como já mencionado na seção anterior, com o aumento da demanda por produtos básicos e dos preços internacionais destes, viu-se em marcha um processo de *re-especialização* do continente enquanto exportador de commodities e importador de bens manufaturados, a partir das relações comerciais crescentes com os países asiáticos, especialmente a China. O resultado deste tipo de especialização, que, na verdade tem sido o papel histórico da América Latina, é a forte vulnerabilidade ao cenário externo o que inclusive acarreta em transmissões de efeitos de crise em maior velocidade. Por outro lado, a nova configuração emergida do início do século XXI abre a possibilidade de uma alternativa para a América Latina de dirigir seu próprio programa econômico, bem como, a sua participação na economia mundial e estabelecer um sistema de segurança e de defesa regional autônomo que garanta os seus próprios interesses, frente outras potências globais (CACCIAMALI, BRAGA E CELLI JUNIOR, 2012).

Considerações finais.

Como visto na seção anterior, o cenário internacional no decorrer da última década foram cruciais para a promoção do crescimento no continente latino-americano e a melhora de sua situação fiscal e monetária, bem como para a promoção de políticas sociais visando o aumento do emprego e a diminuição da pobreza. É correto afirmar que, nesta direção, os governos de centro-esquerda tiveram um grande senso de oportunidade do ambiente favorável que vigeu até a crise do subprime. O que resultou inclusive num melhor desempenho dos países do continente diante dos efeitos do colapso financeiro de 2008, em comparação com crises anteriores.

Em termos de instrumental macroeconômico houve muito pouca ou quase nenhuma mudança desde as reformas dos anos 1990. As premissas como superávit primário, estabilidade monetária, flutuação cambial, livre mobilidade de capitais tomaram peso de axiomas incontestes assimilados passivamente pelos países da região em maior (como Chile, Colômbia e México) ou menor grau (como Venezuela, Argentina, Equador e Bolívia).

Porém, isto reflete muito mais de que uma opção dos países do continente, mas sim, uma crise na própria macroeconomia, uma vez que esta sucumbiu ao argumento do tipo TINA (*There Is No Alternative*), na qual há somente uma macroeconomia cientificamente eficaz e que qualquer posição fora deste esquadro significa necessariamente ser irresponsável, ingênuo ou populista (PAULANI, 2003). Este dilema macroeconômico ganhou maior amplitude com a crise financeira que pôs em cheque as premissas ortodoxas, sem necessariamente apontar para a possibilidade de construção de um novo paradigma no horizonte da política macroeconômica.

Por fim, é necessário frisar qual tipo de inserção internacional a América Latina tem realizado e deve realizar dentro desta nova ordem emergente desde 2008. Portanto, amplifica-se ainda mais o paradoxo do desenvolvimento no continente, não bastasse a contradição da necessidade de desenvolvimento do médio e longo prazo em face de instrumentais inadequados para tanto, é mister, a definição do papel que os países latino-americanos, e especialmente o Brasil, se desejam continuar atrelados à economia dos países industriais tradicionais (EUA, Europa e Japão) e novos (China e asiáticos) no condição de periferia exportador de bens primários ou adotar um caminho de autonomia baseado na integração regional e na estratégia de segurança regional que possa fazer frente às grandes potências do século XXI, aproveitando a multipolaridade, cada vez mais definida no cenário internacional.

Referências bibliográficas:

BAUMANN, Renato. *Os anos 90 e o paradoxo da perspectiva do desenvolvimento*. Em: LACERDA, Antônio Corrêa de (org.). *Crise e oportunidade. O Brasil e o cenário internacional*. São Paulo: Lazuli, 2006.

BERNAL-MEZA, Raúl. *América del Sur en el sistema mundial hacia el siglo XXI*. Em: LIMA, Marcos Costa (org.). *O lugar da América do Sul na nova ordem mundial*. São Paulo: Cortez, 2001.

BRESSER-PEREIRA, Luís Carlos & THEUER, Daniele. *Amérique Latine après les années néolibérales, l'état développementiste est-il retour?* Recherches Internationales, nº 93, janviers-mars 2012, pp. 83-106.

BRESSER-PEREIRA, Luís Carlos. *A crise financeira global e depois: um novo capitalismo?* Novos Estudos, nº. 86, março 2010.

BRESSER-PEREIRA, Luís Carlos. *O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional*. São Paulo em Perspectiva, v. 20, n. 3, p. 5-24, julho-setembro 2006.

CACCIAMALI, Maria Cristina, BRAGA, Márcio Bobik e CELLI JÚNIOR, Umberto. *Em busca de uma nova inserção da América Latina na economia global*. Estudos Avançados, nº. 26(75), 2012.

CAPUTO Leiva, Orlando. *A economia mundial e a América Latina no início do século XXI*. Em: SADER, Emir & SANTOS, Theotonio dos (coords.); MARTINS, Carlos Eduardo & SOTELO Valencia, Adrián (orgs.). *América Latina e os desafios da globalização. Ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*. São Paulo: Boitempo, Rio de Janeiro: PUC, 2009.

CARNEIRO, Ricardo. *A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula*. Política Econômica em Foco, nº. 07, novembro-abril 2006.

CEPAL - Comissão Econômica para América Latina. *Panorama Social da América Latina 2012*. Santiago, Chile: CEPAL, 2012.

CEPAL - Comissão Econômica para América Latina. *Panorama da inserção internacional da América Latina e Caribe 2008-2009. Crisis y espacios de cooperación regional*. Santiago, Chile: CEPAL, 2009.

CEPAL - Comissão Econômica para América Latina. *Panorama da inserção internacional da América Latina e Caribe 2010-2011. A região na década das economias emergentes*. Santiago, Chile, 2011.

CEPAL - Comissão Econômica para América Latina. *Panorama da inserção internacional da América Latina e Caribe 2011-2012. Crise duradoura no centro e novas oportunidades para as economias em desenvolvimento*. Santiago: CEPAL, 2012.

FILGUEIRAS, Luís & DRUCK, Graça. *Política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula*. Revista Katálisis, Florianópolis, v. 10, nº. 1, janeiro-junho 2007, p. 24-34.

PAULANI, Leda Maria. *Brasil Delivery: a política econômica do governo Lula*. Revista de Economia Política, vol. 23, nº 4 (92), outubro-dezembro 2003.

STIGLITZ, Joseph E. *La promesa de las instituciones globales. En el malestar en la globalización*. Buenos Aires, Argentina: Taurus, 2004, pp. 27-48.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Mudando a geopolítica do sistema-mundo (1945-2025)*. Em: SADER, Emir & SANTOS, Theotonio dos (coords.); MARTINS, Carlos Eduardo & SOTELO Valencia, Adrián (orgs.). *América Latina e os desafios da globalização. Ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*. São Paulo: Boitempo, Rio de Janeiro: PUC, 2009.

WELLER, Jürgen. *La coyuntura económica y social en América Latina y el Caribe*. Em: BÁRCENA, Alicia & SERRA, Narcís (editores). *Reforma fiscal em América Latina. ¿Qué fiscalidad para qué desarrollo?* Santiago: CEPAL, 2012

Notas:

¹ Semelhante ao mecanismo de autorreforço de Krugman e sua Nova Geografia Econômica (ver Krugman, Venables e Fujita, 1999) em que uma dada região rica de um determinado país, ao haver abertura internacional e inter-relação com o exterior, tende a reforçar sua posição em detrimento das regiões mais pobres. Krugman, assim como Stiglitz, é outro prêmio Nobel de origem ortodoxa que acabou por se tornar crítico contumaz do sistema vigente.

² O Brasil responde por 43,5% do PIB latino-americano, seguido por México (20,2%), Argentina (7,9%), Colômbia (5,9%), Venezuela (5,6%) e Chile (4,4%) (Fonte: CEPAL, 2011).

³ Não inclui: Belize, Cuba, Equador, El Salvador, Jamaica, México, Suriname, Trinidad e Tabago.

⁴ Não inclui Belize e Suriname.

⁵ Não inclui Cuba.

⁶ Isto porque embora estivesse na retórica dos países desenvolvidos foi menos presente na prática.